

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE
CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE – CICGCSS/SES/GO,
DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024-SES/GO

PROCESSO Nº 202300010063743

OBJETO: Seleção de entidade para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde com funcionamento de segunda a sexta-feira, 12 horas diárias, das 07h00 às 19h00, sendo os usuários devidamente referenciados pela Regulação Estadual (salienta-se que, em caso de realização de terapia renal substitutiva, o funcionamento poderá se dar também em outros turnos e/ou dias da semana, de acordo com autorização da SESGO), na **Policlínica Estadual Brasil Bruno de Bastos Neto Região Rio Vermelho - Goiás**, localizado na Avenida Nossa Senhora Aparecida, Fazenda Três Palmeiras (antiga estrada vicinal) – Goiás – GO, CEP.: 74600-000, bem como a promoção de todas as atividades constantes do Plano de Trabalho e seus anexos, parte integrante do Edital.

**ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM
SAÚDE – AGIR**, já qualificada nos autos em epígrafe, por seu representante devidamente cadastrado no certame, vem respeitosa e tempestivamente¹ perante Vossa Senhoria, com fulcro no item 11.3 do instrumento convocatório², apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela instituição Beneficência Hospitalar de Cesário Lange, nos termos em que passa a expor.

¹ Considerando que a divulgação, por parte da Comissão, do recurso interposto pela instituição Beneficência Hospitalar de Cesário Lange se deu em 18/11/2024 (segunda-feira), o prazo de 03 (três) dias úteis previsto no item 11.3 do Edital para apresentação de contrarrazões se encerra em 22/11/2024 (sexta-feira), comprovada, portanto, sua tempestividade.

² **11.3.** Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação do *Informativo de Resultado Preliminar*, que ocorrerá no site da SES/GO, o qual deverá ser protocolado via email no endereço indicado no "Aviso de Chamamento Público", junto à Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CICGCSS/SESGO, ficando as demais interessadas desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo de recurso.

Outrossim, requer à Comissão processante que negue provimento ao recurso administrativo interposto ou, em caso de procedência, que sejam as presentes contrarrazões encaminhadas à autoridade competente — Exmo. Sr. Secretário da Saúde do Estado de Goiás³ — para que aprecie as razões anexadas, requerendo seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pela instituição Beneficência Hospitalar de Cesário Lange.

Termos em que, pede deferimento.

Goiânia, 22 de novembro de 2024.

Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde-AGIR

Lucas Paula da Silva

Superintendente Executivo

CPF: 894.828.751-68

³ Artigo 56, § 1º, da Lei estadual nº 13.800/2001.

“CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO”

1 – DA COMPETIÇÃO/SELEÇÃO EM CURSO E SÍNTESE DAS RAZÕES RECURSAIS

Cuida-se de Chamamento Público promovido pela Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás – SES/GO, por meio do qual este ente público estadual pretende selecionar entidade para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na **Policlínica Estadual Brasil Bruno de Bastos Neto Região Rio Vermelho - Goiás**, localizada na cidade de Goiás – GO, nos termos do Instrumento Convocatório.

Após publicação do Resultado Preliminar de Análise de Proposta de Trabalho, que classificou a AGIR em 1º lugar com NT 33,43, e instituição Beneficência Hospitalar de Cesário Lange, em 5º lugar com NT 21,71 pontos, o Recorrente interpôs o Recurso Administrativo ora em análise, arguindo, em suma: **(i)** não conformidade da proposta técnica da Agir no que se refere à Comissão de Ética Multidisciplinar, **(ii)** não conformidade da proposta técnica da Agir no que se refere ao regimento do serviço de enfermagem, **(iii)** não conformidade da proposta técnica da Agir no que se refere ao prazo de validade da proposta, **(iv)** suposta desconformidade na pontuação da Beneficência Hospitalar de Cesário Lange, visto que, segundo sua ótica, alguns pontos deixaram de ser atribuídos à sua proposta.

Contudo, a r. decisão que classificou a Agir em 1º lugar revela-se irretocável, devendo ser negado provimento ao recurso administrativo interposto, com/soante se passará a demonstrar a seguir.

A ora Peticionária reputa pertinente desde já promover o enfrentamento de questão suscitada nas razões do recurso interposto que não têm qualquer relação de pertinência com a qualificação demonstrada pela Peticionária ou com o conteúdo de sua Proposta de Trabalho a qualquer título.

2 – RAZÕES PARA IMPROVIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO

2.1. NÃO CONFORMIDADE DA PROPOSTA TÉCNICA DA AGIR NO QUE SE REFERE À COMISSÃO DE ÉTICA MULTIDISCIPLINAR.

A Recorrente alega que a proposta de trabalho apresentada pela Agir, às fls. 298 e 299 faz referência aos conselhos de classe do estado do Mato Grosso do Sul. Alega que configura descumprimento das disposições estabelecidas no edital e que por esse motivo esta peticionária deve ser penalizada com redução substancial na pontuação. Tal alegação é fruto de um padrão de pensamento arraigado e preso ao excesso de formalismo. Excesso de formalismo que não coaduna com a Administração Pública contemporânea.

Importante ressaltar que a pontuação para o item em questão é atribuída pela apresentação de três requisitos: Proposta de Constituição da Comissão, Proposta do Regimento Interno da Comissão e Cronograma de Atividade Anual da Comissão, e que a AGIR apresentou na totalidade proposta atendendo aos três requisitos.

No que se refere, especificamente à alegação da recorrente, temos que não deve prosperar, pois trata-se de mero erro material.

O erro material consiste, apenas, na menção de conselhos de classe do estado do Mato Grosso do Sul. Não há no teor da proposta de trabalho apresentada pela

Agir, especificações diferentes das exigidas no edital. Todo o seu conteúdo de ordem técnica e financeira refere-se ao Edital 002/2024, estando conforme o mesmo. O que pode ser verificado na própria proposta de trabalho ora sob exame. Cuida-se de um erro material constante do documento, que não traz prejuízo ao escopo do objeto e ao perfil da Unidade, considerando que este não foi alterado.

A ocorrência apontada pela recorrente nada mais é do que mero erro material. Conforme as regras e a doutrina jurídica, e erro material nada mais é do que um erro perceptível em um documento, por exemplo. Podendo ser detectado a olho nu, sem a necessidade de interpretar o conceito ou examinar o documento por um especialista.

O erro material pode ser conceituado como o equívoco ou inexatidão relacionado a aspectos objetivos como um cálculo errado, ausência de palavras, erros de digitação, troca de nome etc. Exemplos de erro material:

- Trocar o nome de uma das partes/hospitais;
- Digitar números/nomes de forma incorreta;
- Erro de cálculo do valor;

O erro material é caracterizado por sua fácil identificação, isto é, perceptível no primeiro instante de sua visualização. Assim, a constatação do equívoco não necessita de uma complexa análise ou da interpretação de doutrinas, conceitos ou estudos; é percebido por qualquer um. É um erro manifesto, notório, indiscutível, mas que não tem o condão de viciar o documento e/ou o processo.

No meio jurídico há ainda o Princípio da Instrumentalidade (já pacificado nos tribunais), o qual é a base para entender se o erro formal invalidou o documento

ou não. Este princípio alerta que, se o documento alcançou a finalidade que se previa ele é considerado válido perante a lei, pois tais falhas não invalidam o documento.

Ante ao exposto, a alegação da recorrente não deve prosperar.

2.2. NÃO CONFORMIDADE DA PROPOSTA TÉCNICA DA AGIR NO QUE SE REFERE AO REGIMENTO DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM.

De forma genérica, desarrazoada, sem fundamentação, leviana, sem especificação e vazia o recorrente alega que na fl. 163 da proposta de trabalho apresenta por esta peticionária, há “elementos que são incompatíveis com o escopo de atuação da unidade”.

Em razão dessa vazia alegação de inconformidade, a recorrente solicita que a proposta de trabalho da Agir seja penalizada na pontuação correspondente ao item,

Inicialmente, a Peticionária não pode deixar de assinalar que à míngua de qualquer fundamento que pudesse auxiliar seu objetivo de questionar validamente a Proposta de Trabalho da Agir, o recorrente deliberou pela adoção do caminho da distorção e das alegações vazias. Inconformismo de mau perdedor.

Explica-se:

Ainda que a Beneficência Hospitalar de Cesário Lange tivesse sucesso no intuito de obter todas as ampliações de pontuação que pleiteia para sua proposta e todas as reduções de pontuação que advoga em face da Proposta de Trabalho da Agir, ainda assim o resultado do julgamento das propostas de trabalho neste chamamento

público indicaria altíssima pontuação em favor da Peticionária e pontuação mediana — quando muito — para a oferta de trabalho do recorrente.

É só fazer as contas exatamente na medida perseguida pelo recorrente. Nem mais nem menos: ampliando-se os pontos desejados pela Beneficência Hospitalar de Cesário Lange e reduzindo-se a pontuação da proposta da Agir na formação almejada pela Beneficência Hospitalar de Cesário Lange, ainda assim, a Agir se mantém à frente da recorrente.

Importante fazer constar que a Proposta de Regimento do Serviço de Enfermagem apresentado pela Agir está descrito nas páginas 163 a 171 de sua proposta de trabalho, totalizando 08 páginas. O referido documento oferece respaldo e garante a atuação do serviço de enfermagem em todas as frentes da Unidade.

Ressalta-se que o fato de a recorrente não apontar, especificamente em que item/quesito se pauta a sua alegação de incompatibilidade do prefalado regimento com o escopo de atuação da Unidade, demonstra tratar-se de apontamento raso, descabido e infundado.

Cabe ainda destacar que todos os documentos apresentados são propostos a etapa deste chamamento, e que, se tratando de assunção da Unidade, todos serão revisitados e adequados as condições e conformidades da Unidade e do Parceiro contratante.

Ante ao exposto, a alegação da recorrente não deve prosperar.

2.3. NÃO CONFORMIDADE DA PROPOSTA TÉCNICA DA AGIR NO QUE SE REFERE AO SEU PRAZO DE VALIDADE.

 @agirsaude

 /agirsaude

 /agir.saude

 /tvagir

 /agirsaude

 secretariageral@agirsaude.org.br

 (62) 3995-5406

 Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design, Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

A recorrente alega que a proposta financeira da Agir (fl. 815) não atende ao item 7.1.5 do edital no que se refere ao prazo mínimo de 120 dias. Argui que configura descumprimento das condições estabelecidas no certame.

Pois. Bem. O edital em seu item 6, que cuida da forma como os documentos de habilitação e os documentos que acompanham a proposta devem ser apresentados, estabelece que devem ser por meio de dois envelopes, onde: Envelope 1 deve conter a proposta de trabalho e; Envelope 2 deve conter a documentação de habilitação. Vejamos:

6. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. No local, data e hora estabelecidos neste instrumento, as entidades interessadas neste Chamamento Público apresentarão os documentos e as propostas exigidos no presente Edital em 02 (dois) envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações:

ENVELOPE 01: PROPOSTA DE TRABALHO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-
SES/GO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024
(razão social e endereço da entidade)

ENVELOPE 02: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-SES/GO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024
(razão social e endereço da entidade)

Já o item 9 do edital, especifica, de forma detalhada e taxativa, o rol de toda a documentação que deve conter no envelope 2, o envelope dos documentos de habilitação. Sendo que em seu item 9.1.11.1, consta, a exigência da apresentação da Declaração de Validade Jurídica da Proposta. Vejamos o texto do respectivo dispositivo editalício:

“9. HABILITAÇÃO

9.1. O ENVELOPE “02” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - deverá conter todos os documentos especificados a seguir:

(...)

9.1.11. Declarações do Anexo II do Edital:

9.1.11.1. Declaração de Validade Jurídica da Proposta;

(...)”

O anexo II do edital traz dentre os diversos modelos de declarações exigidas, a declaração de validade jurídica da proposta, ora em comento. Sendo que no próprio modelo apresentado pelo edital, em consonância com o prefalado item 9.1.11.1, consta que a referida declaração deve ser juntada no envelope 2. Lembrando que o envelope 2, nos termos do que preceitua todo instrumento convocatório, é o envelope dos documentos habilitatórios.

O instrumento convocatório em seu item 7, que cuida da “Forma de apresentação das propostas e dos documentos, traz o seguinte texto:

“7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS

(...)

7.1.5. Fica estabelecida a validade mínima da proposta por 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da abertura de seu envelope pela Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CICGSS/GAB/SES-GO.”

Do dispositivo editalício acima transcrito, resta claro e evidente que o próprio edital já traz a regra de que a validade mínima da proposta será de 120 (cento

e vinte) dias. Portanto, não há que se falar em prazo de validade inferior ao estabelecido pela regra do edital.

Há ainda que se considerar que a declaração da validade jurídica da proposta, não consta em nenhum dos dispositivos do edital que trazem as regras para a apresentação e para o conteúdo do envelope de proposta (envelope 1).

Importante repisar aqui que, em nenhum dispositivo contido no “corpo” do edital há a exigência de que a declaração de validade jurídica da proposta devesse constar do envelope de proposta de trabalho. Muito pelo contrário, há exigência apenas de que consta do envelope de documentação de habilitação. Exigência essa que foi atendida pela Agir, o que poderá ser verificado na hipótese de uma possível abertura do seu envelope de habilitação.

Ante ao exposto, torna-se indiscutível o afastamento/não acolhimento dos argumentos trazidos pela recorrente, uma vez que a exigência editalícia, ora sob exame, deve ser verificada em momento futuro, quando da abertura do envelope 2 contendo os documentos de habilitação.

Significa dizer, portanto, que a despeito de Agir ter atendido a todas as condições de classificação, além de comprovar a capacidade para atendimento do objeto e interesses almejados com o presente procedimento, a recorrente solicita a sua desclassificação/eliminação pelo simples fato de não ter apresentado no envelope 1 (da proposta) certo documento que, nos termos dos dispositivos do edital acima abordados, devem, constar do envelope 2 (dos documentos de habilitação).

A abordagem da recorrente se revela evidentemente desarrazoada e vazia, além de prejudicar o interesse público, não se revela adequada aos ditames legais que disciplinam a condução de procedimentos pela Administração Pública.

É evidente que a Administração Pública deve ser cautelosa quando da realização de procedimento de seleção, considerando não só o preço proposto, mas também a capacidade técnica das proponentes para execução do objeto contratual e sua qualificação econômico-financeira para garantia de execução regular e ininterrupta dos serviços.

Evidente, pois, a gravidade da consequência do acolhimento dos argumentos da recorrente, que culminaria não apenas na ausência da possibilidade de escolha da melhor proposta e na indevida restrição à competitividade da seleção.

Deste modo, considerando o que foi arguido pela recorrente, que tenta imprimir à proposta da Agir, envelope 2, a ausência de documento que não foi exigido expressa e especificamente em Edital, como na hipótese dos autos, cabe à ilustre Comissão Julgadora refutar e não acolher os argumentos da recorrente. Pois, o acolhimento de tais argumentos de recurso contaminariam o certame com vício insanável.

Por todo exposto é que se roga seja negado provimento ao recurso interposto.

2.4. AS PONTUAÇÕES ATRIBUÍDAS ÀS PROPOSTAS DE TRABALHO DA BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE; manutenção das pontuações;

A recorrente Beneficência Hospitalar de Cesário Lange pleiteia ampliação de pontuação de sua proposta de trabalho. Adicionalmente, a recorrente pleiteia cancelamento de pontuação da proposta de trabalho da Agir em diversos quesitos.

A Peticionaria destaca que em todas as matérias recursais supra aludidas, a recorrente não trouxe qualquer alegação e ou elemento recursal que denotasse interferência para com o quanto apreciado e notificado em sede de julgamento das propostas de trabalho, motivo pelo qual a decisão recorrida se mostra impecável, mantendo-se inabalada por seus próprios fundamentos.

O recurso não merece provimento.

3. PEDIDOS

Ante todo o exposto, a Agir requer seja negado provimento ao Recurso Administrativo ora em análise, com a consequente manutenção da r. decisão recorrida em todos os seus aspectos, conforme fatos e fundamentos esposados nas presentes razões.

Termos em que, pede deferimento.

Goiânia, 22 de novembro de 2024.

Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde-AGIR

Lucas Paula da Silva

Superintendente Executivo

CPF: 894.828.751-68

 @agirsaude

 /agirsaude

 /agir.saude

 /tvagir

 /agirsaude

 secretariageral@agirsaude.org.br

 (62) 3995-5406

 Av. Olinda com Av. PL3, Qd. H4 Lt 1,2,3 Ed. Lozandes Corporate Design,
Torre Business, 20º Andar, Parque Lozandes. Goiânia - Goiás - CEP: 74884-120

Agir Policlínica Contrarrazões Recurso Cesário Lange.pdf

Documento número #690da6b4-8e80-4a13-8300-a65f3bc384d9

Hash do documento original (SHA256): 6ecbbd6179fb999513f81c2d7d895b1ca591a702f64331bf41fd8b303cbae926

Assinaturas



Lucas Paula Da Silva

CPF: 894.828.751-68

Assinou como procurador em 22 nov 2024 às 14:37:13

Log

- 22 nov 2024, 14:22:57 Operador com email shaiany@agirsaude.org.br na Conta 4d428d50-c96f-4413-8e19-158689dbe9d6 criou este documento número 690da6b4-8e80-4a13-8300-a65f3bc384d9. Data limite para assinatura do documento: 22 de dezembro de 2024 (14:22). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 22 nov 2024, 14:22:58 Operador com email shaiany@agirsaude.org.br na Conta 4d428d50-c96f-4413-8e19-158689dbe9d6 adicionou à Lista de Assinatura: lucas.silva@agirsaude.org.br para assinar como procurador, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Lucas Paula Da Silva e CPF 894.828.751-68.
- 22 nov 2024, 14:37:13 Lucas Paula Da Silva assinou como procurador. Pontos de autenticação: Token via E-mail lucas.silva@agirsaude.org.br. CPF informado: 894.828.751-68. IP: 179.254.244.198. Componente de assinatura versão v1.1053.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 22 nov 2024, 14:37:14 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 690da6b4-8e80-4a13-8300-a65f3bc384d9.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 690da6b4-8e80-4a13-8300-a65f3bc384d9, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.